

O ENSINO REMOTO E A ROTINA FAMILIAR DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM TEMPOS DA COVID-19: ANÁLISE DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS *ON-LINE* SOB O OLHAR DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

Raíssa Matos Ferreira¹
Larissa Ferreira Ferro²
Nágib José Mendes dos Santos³
Maria Vitória de Freitas Pereira⁴
Neiza de Lourdes Frederico Fumes⁵

RESUMO

Este estudo trata da prática do ensino remoto voltada para os(as) estudantes com deficiência em que direcionamos olhares para as suas rotinas familiares. Teve como objetivo analisar as implicações da prática do ensino remoto na rotina familiar de estudantes com deficiência em tempos da COVID-19 a partir de matérias jornalísticas *on-line* sob o olhar da Psicologia Sócio-Histórica. Para tanto, adotamos como *corpus* analítico matérias jornalísticas *on-line* encontradas na plataforma *Google*. Pontuamos que oito matérias foram encontradas. No entanto, apresentamos e discutimos a análise de duas matérias que tratam do processo educacional inclusivo de três estudantes com deficiência. Os dados foram analisados pela análise temática de conteúdo, e interpretados pelos referenciais teórico-metodológicos da Psicologia Sócio-Histórica. Os resultados apontam através dos relatos das mães o maior aprofundamento da invisibilidade de estudantes com deficiência no decorrer do ensino remoto neste período pandêmico em que sentem seus filhos abandonados, ressaltando as fragilidades da proposta inclusiva, no qual os materiais não estão sendo adaptados conforme as especificidades de cada estudante. Concluímos ressaltando a responsabilidade do Estado na efetivação do cumprimento de direitos relacionados às vidas das pessoas com deficiência, assim como a importância da continuidade de produção de estudos crítico-reflexivos acerca dessa temática.

Palavras-chave: Ensino Remoto, Estudantes com Deficiência, Rotina Familiar, Matérias Jornalísticas *On-line*, Psicologia Sócio-Histórica.

INTRODUÇÃO

¹ Doutoranda do Curso de Educação da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, raissamatos16@gmail.com;

² Doutoranda do Curso de Educação da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, larissaferropsic@gmail.com;

³ Doutorando do Curso de Educação da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, nagib.santos@fale.ufal.br;

⁴ Mestranda do Curso de Educação da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, freitasvitoria96@gmail.com;

⁵ Professora orientadora: Doutorado em Ciências do Desporto e Educação Física - Universidade do Porto - U. Porto, neizaf@yahoo.com.

Este artigo aborda sobre as implicações da prática do ensino remoto na rotina familiar de estudantes com deficiência em tempos pandêmicos da COVID-19. Destacamos que no dia 31 de dezembro de 2019, a comunidade científica descobriu a existência de um vírus, pertencente à família do Coronavírus, este responsável por causar infecções respiratórias, inicialmente encontrado em Wuhan, na China. O patógeno, de fácil transmissão, rapidamente se disseminou em todo globo terrestre, dizimando milhares de vidas. No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS), reconheceu o momento de crise sanitária em que o mundo estava vivendo, trazendo para o centro das discussões a terminologia *pandemia*, em decorrência do aumento expressivo de pessoas infectadas pela COVID-19 em todo mundo.

Necessariamente as instituições escolares precisaram interromper suas atividades presenciais, e de forma generalizada e em comum acordo, percebeu-se através de decretos publicados a partir de março de 2020, a suspensão das aulas presenciais em todos os Estados brasileiros e, posteriormente, a adoção do ensino remoto para aqueles que possuíam acesso a ferramentas tecnológicas e *internet*; para aqueles que não dispunha desses recursos as escolas passaram a entregar atividades impressas (*kits* pedagógicos). Diante disso, o ensino formal, mediado pela escola, passou a ser desenvolvido em contexto doméstico, uma proposta já em curso dentro de uma sociedade com princípios neoliberais, que foi impulsionada pelo contexto pandêmico.

Sublinhamos que após 15 meses de reconhecimento da pandemia no Brasil a quantidade de óbitos já supera mais de 530.000 (quinhentos e trinta mil) em decorrência dessa crise sanitária (BRASIL, 2021), causada tanto pela COVID-19, quanto pela má gestão pública em território brasileiro. A educação sempre considerada como “condição para salvação”, tanto pelo mercado, quanto pela sociedade civil, se tornou moeda de disputa, entre os grandes empresários a serviço do capital financeiro especulativo, quanto da classe operária que vislumbra melhores condições de vida, tendo como premissa a educação de qualidade (FRIGOTTO, 2017).

Diante desse cenário, faz-se necessário refletirmos sobre essas discussões que se tornaram ainda mais urgentes. Embora, compreendendo o campo de pesquisas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência na educação como um campo fértil de produções, percebemos hodiernamente um distanciamento dos documentos, que asseguram a inclusão, da prática desenvolvida nas escolas, realidade está mais evidente

em tempos pandêmicos. Portanto, temos como questão de pesquisa: Como o ensino remoto tem implicado na rotina familiar de estudantes com deficiência em tempos da COVID-19 a partir das matérias jornalísticas *on-line*?

Nessa direção, este artigo tem como objetivo analisar as implicações da prática do ensino remoto na rotina familiar de estudantes com deficiência em tempos da COVID-19 a partir de matérias jornalísticas *on-line* sob o olhar da Psicologia Sócio-Histórica.

METODOLOGIA

Trata-se de uma abordagem Sócio-Histórica. De acordo com Freitas (2002, p. 29), “O enfoque sócio-histórico é que principalmente ajuda o pesquisador a ter essa dimensão da relação do singular com a totalidade, do individual com o social”. Nessa direção, a autora afirma que para compreender fenômenos de estudo nesta abordagem faz-se necessário considerar como essas relações se constituem.

Em relação aos procedimentos de produção de dados, adotamos como *corpus* analítico nesta pesquisa as matérias jornalísticas *on-line* publicadas em *sites*. Ressaltamos que as narrativas emanadas pelos(as) sujeitos(as), que vivenciam a presença / ausência das políticas públicas, ecoam a realidade vivenciada, ao tempo que conseguem afetar os(as) leitores(as) diante da realidade apresentada. A escolha por matérias jornalísticas *on-line* decorre da compreensão que estas conseguem aproximar as várias realidades de múltiplos(as) sujeitos, de leitores(as) distantes, pois quando visibilizamos questões sociais, tendemos a buscar mudanças e, conseqüentemente, a transformação social.

A busca foi realizada no dia 09 de junho de 2021 a partir dos seguintes descritores: ensino remoto, educação especial e pandemia. Para tanto, a plataforma *Google* foi utilizada para buscar as matérias jornalísticas. O critério de inclusão é a presença de descritores nos títulos ou nos corpos dos textos, e o critério de exclusão refere-se às matérias jornalísticas que não abordam a temática aqui discutida. Portanto, oito matérias jornalísticas foram encontradas. No que tange aos procedimentos de análise de dados, utilizamos a análise de conteúdo temática - conforme a autora Minayo *et al.* (1994) - para explorar e organizar os dados, este momento foi denominado de primeira fase. A segunda fase trata-se do momento mais exaustivo em termos de leituras

dos dados, onde foi aplicado o que foi iniciado na fase anterior. A última fase tratará das categorias frente ao fenômeno estudado. Ressaltamos que utilizamos os referenciais teórico-metodológicos da Psicologia Sócio-Histórica para analisar os dados.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação especial, que por vezes ocupou um espaço de subalternidade no campo da realidade educacional escolar, hoje, em tempos pandêmicos, está atrelada às mudanças na rotina familiar. Isso, em decorrência dos vários desmontes no que tange à educação especial, leia-se: falta de acessibilidade, de recursos humanos, materiais didáticos necessários, profissionais capacitados e consequentemente investimentos financeiros nessa área. A grande armadilha impregnada pelo neoliberalismo mundial é o sucateamento de direitos públicos garantidos e a supervalorização de serviços privados, estes alimentados a partir de investimentos públicos. Compreender as armadilhas em torno da educação, foco deste trabalho, se tornou crucial para a existência e manutenção dos direitos sociais conquistados.

Convém mencionar o Projeto de Lei nº 3179/12, conhecido como *homeschooling*, que permite que a educação básica seja oferecida em casa, sob responsabilidade dos pais ou tutores legais. A partir dessas discussões, chamamos atenção para o Brasil, considerado um país rico em produção de riquezas naturais e campeão em desigualdade social (BOCK, 2016).

Além disso, destacamos o Conselho Nacional de Educação (CNE) que, no dia 28 de abril de 2020, publicou as diretrizes para as escolas durante a pandemia. Este documento, ao tratar do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos(as) estudantes com necessidades educativas especiais, preconiza que a inclusão destes(as) alunos(as) deverá ser mediante a integração entre os profissionais especializados, os(as) professores(as) e a família; isso, para fins de melhor tornar exequível a adequação dos materiais, as orientações e o apoio às famílias, considerando as especificidades de cada educando(a) no seu processo de aprendizagem (BRASIL, 2020). Porém, diferentemente da proposta do CNE, a indiferença frente ao ensino das pessoas com deficiência, se mantém ao longo destes tempos. E mais que isso: a invisibilidade desses sujeitos foi agravada. Diante disso, faz-se necessário direcionarmos olhares para essas questões que envolvem o processo de aprendizagem desses(as) estudantes.

Como dito anteriormente, utilizamos os referenciais teórico-metodológicos da Psicologia Sócio-Histórica para analisar os dados através do uso da categoria sentido e significado. De acordo com Aguiar (2001), as categorias carregam o movimento do fenômeno estudado e contribuem na apreensão do real. Desse modo, é possível os(as) pesquisadores(as) apreenderem as contradições do fenômeno. Portanto, analisar os significados e sentidos produzidos pelos sujeitos implica em buscar se aproximar da essência do fenômeno, isto é, ir para além do caos que é manifestado pelo aparente, pelo que é empírico. E, nesse processo de aproximação da essência, a fala dos sujeitos é considerada crucial, já que o sujeito deve ser compreendido como sujeito psíquico-social, e a fala como “[...] microcosmo da consciência humana” (VIGOTSKI, 2009, p. 486).

É nos significados das palavras que, segundo Vigotski (2009), há a síntese entre pensamento e fala. Isto é, o pensamento torna-se verbalizado, por isso é que, segundo o mesmo autor, a palavra desprovida de significado é estéril. Ainda sobre o significado, estes são compreendidos por autores como Aguiar e Ozella (2006) que, aprofundando os estudos sobre os significados e sentidos, apontam os significados como sendo as “[...] produções históricas e sociais. Portanto, são eles que permitem a comunicação, a socialização de nossas experiências. Muito embora sejam mais estáveis, ‘dicionarizados’” (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 226).

Quanto aos sentidos, Vigotski (2009) também afirma que são o conjunto de todos os fatos psicológicos que a palavra desperta na consciência humana, sendo por isso, a zona mais instável, fluida e dinâmica. O significado é “[...] apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata. Como se sabe, em contextos diferentes a palavra muda facilmente de sentido” (VIGOTSKI, 2009, p. 465). Assim, significados e sentidos formam um par dialético considerado imprescindível para o entendimento das inúmeras determinações sociais e das mediações que constituem o(a) sujeito.

A seguir, das oito matérias obtidas, apresentaremos a análise de duas matérias que tratam do processo educacional inclusivo de três estudantes com deficiência em tempos de pandemia - período em que a modalidade de ensino remoto foi, e ainda está sendo adotada, como estratégia para fins de manter o distanciamento social - a partir das falas de três mães de pessoas com deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

“Ficamos sem apoio nenhum, mal ligam para saber se minha filha está bem. Sinto como se ela fosse invisível”: O ensino remoto em tempos da COVID-19 e o aprofundamento da invisibilidade dos(as) estudantes com deficiência e suas famílias

A partir dessa categoria temática, apresentaremos o desenvolvimento da análise com alguns recortes de matérias jornalísticas, veiculadas pela *web*, que trazem falas de mães de estudantes com deficiência para refletirmos sobre as implicações da prática do ensino remoto em suas rotinas. De antemão, destacamos que, ao tempo em que aspectos presumidos continuam a sustentar as engrenagens que mantêm o Estado do capital em funcionamento - a saber: omissões e ações preconceituosas, com vistas a reforçar um *apartheid* social entre aqueles(as) mais aptos(as) e menos aptos(as) pela sociedade do capital - a falta de ações direcionadas ou visibilizadas para pessoa com deficiência expõe e denuncia o preconceito estrutural a todo e qualquer sujeito que não esteja dentro desse modelo de homem ideal.

É importante frisar que o sujeito, para a Psicologia Sócio-Histórica, é entendido como ativo, social e histórico, e que seu processo de humanização se dá em dois momentos: o primeiro, a partir da inter-relação com os(as) demais sujeitos, por meio da linguagem. Essa relação é denominada de relação inter-psíquica; o segundo momento é o da internalização dos significados, denominado de momento intra-psíquico. E é dessa maneira que o desenvolvimento dos(as) sujeitos psíquicos se dá, por meio do desenvolvimento das suas funções psicológicas superiores. E a linguagem, nesse processo, é de extrema importância (BOCK, 2002).

Assim, considerando que a palavra, segundo Vigotski (2009, p. 398), “É um fenômeno do pensamento discursivo ou palavra consciente, é a unidade da palavra com o pensamento”, e considerando o que já fora dito sobre os significados e sentidos, a análise deste trabalho será realizada com base nos relatos das três mães que foram publicados em *sites* de notícias na *web*. Nessa direção, destacamos alguns relatos de mães que nos apresentam elementos importantes para analisarmos:

Ficamos sem apoio nenhum, mal ligam para saber se minha filha está bem. Sinto como se ela fosse invisível. (Daniela, 43 anos, mãe de uma estudante que tem TEA e estuda em umas das escolas

especiais localizada em Campina Grande - PB). *Site*: UOL (2021, grifo nosso).

Alguns professores recebem a inclusão de braços abertos, mas, outros, só por obrigação, pra constar no currículo. **A inclusão, na prática, é falha, principalmente agora, na pandemia, com aula remota. Se não for a gente atrás dos direitos [dos alunos], não funciona.** Não é só colocar dentro da sala de aula e tratar bem o aluno. **As atividades têm que ser adaptadas. Sempre vou bater nessa tecla: inclusão na prática, não só no papel. [...] E autista numa crise é uma coisa que você não queira ver.** (Andrea, 40 anos, mãe do Francisco Miguel com TEA, 14 anos). *Site*: Diário do Nordeste (2021, grifo nosso).

Com a pandemia, as famílias compreendem que não é possível o presencial. Mas a gente tem o virtual. [...] **Abandono, descaso e que eles estão assinando um documento de irresponsabilidade. O que mais me preocupa é a falta de socialização.** (Ericléier, mãe de um estudante com TEA e paralisia cerebral, 7 anos, 2º ano da rede municipal). *Site*: UOL (2021, grifo nosso).

Os relatos das mães fazem-nos retomar o documento oficial do CNE, pois afirma que o AEE deve ser garantido no período de emergência em que:

Os professores do AEE atuarão com os professores regentes em rede, articulados com a equipe escolar, desempenhando suas funções na adequação de materiais, provimento de orientações específicas às famílias e apoios necessários. Eles também deverão dar suporte às escolas na elaboração de planos de estudo individualizados, segundo a singularidade dos alunos, a serem disponibilizados e articulados com as famílias (BRASIL, 2020, p. 15).

No entanto, apreendemos, através de seus relatos, a fragilidade na proposta inclusiva, haja vista o sentimento de invisibilidade diante da existência desses(as) estudantes, bem como da necessidade de adaptação das atividades e da valorização da família, tanto no planejamento pedagógico, quanto na elaboração das atividades, pois somente com a presença da família será possível compreender as especificidades desses(as) estudantes, contribuindo assim, com o processo educacional. As várias dificuldades na efetivação das leis e, conseqüentemente, no desenvolvimento da educação especial efetiva e organicamente inclusiva, se tornou uma narrativa corriqueira nos vários espaços sociais, e no período pandêmico, esse cenário novamente ganhou destaque.

Oliveira e Silva (2021) discutem sobre o agravamento do capacitismo em que as barreiras atitudinais foram potencializadas e tornaram-se mais visíveis, e nesta crise sanitária as ações voltadas para minimizar os impactos educacionais voltados para as

peças com deficiência pouco esteve presente nos variados decretos e portarias, ficando a cargo exclusivamente dos próprios(as) professores(as) e da escola efetivar ações inclusivas; e estes, por vezes, sem formação adequada para atuar com o público com deficiência, produzem materiais e atividades que acabam por reforçar estigmas infantilizados e excludentes.

A escola que, devido à pandemia, tem suas atividades suspensas, consequentemente, deixa de ser o espaço físico onde as crianças interagem, ficando estas em suas casas participando de aulas a distância, na modalidade do ensino remoto. Essa situação tem originado uma série de problemas, sendo alguns deles: a falta de materiais pedagógicos necessários para o desenvolvimento das aulas; os familiares/responsáveis sem preparo para o trabalho pedagógico - sendo alguns destes analfabetos(as) ou semi-analfabetos(as); estudantes sem recursos tecnológicos necessários, com atividades pedagógicas distante das necessidades educacionais dos(as) estudantes; a falta de profissionais de apoio enquanto suporte para o processo educativo; entre outros (OLIVEIRA; SILVA, 2021).

Tais problemas têm deixado a educação para a pessoa com deficiência, em tempos pandêmicos, em situação de penúria, contrariando as várias políticas direcionadas para o público com deficiência, levando-os a um maior aprofundamento da sua invisibilidade, como é possível constatar na fala de Daniela, a respeito da escola em relação à sua filha que tem TEA e estuda em uma escola especial: “**Sinto como se ela fosse invisível**”. A invisibilidade, denunciada por Daniela, comumente poderia ser justificada devido à condição biológica de sua filha, isto é, a condição da deficiência somada ao atual contexto em que vivemos. Contudo, a invisibilidade da pessoa com deficiência é um fato antigo na história. Desde a antiguidade, pessoas consideradas biologicamente fora das normas eram execradas da sociedade, quando não sacrificadas. Também há relatos da prática do asilamento e internação em hospitais psiquiátricos, tudo para mantê-las distantes, para que com seus corpos não incomodem a normalidade (MENDES, 2006).

Ao longo da história, em decorrência de anos de lutas, vários movimentos convergiram para o reconhecimento social da pessoa com deficiência. Como resultado disso, vários documentos foram redigidos, além de Leis, Decretos e outros mecanismos, como é o caso da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Declaração de Jomtien (1990); Declaração de Salamanca (1994), entre outros que contribuíram para a

criação e implementação do processo inclusivo da pessoa com deficiência em nossa contemporaneidade. Porém, longe de se crer que a inclusão das pessoas com deficiência seja um ato de benevolência humana, percebemos que por trás da necessidade de incluir, o que antes era considerado inútil e abjeto, está o sistema capitalista pautado na ideologia do neoliberalismo, pois é interessante que estes(as) sujeitos se tornem consumidores em potencial e que também possam ofertar sua mão de obra, produzindo - mesmo que de forma parca - mais valia, dando assim também sua contribuição para o sistema capitalista.

No entanto, para o sistema capitalista, o corpo perfeito é ainda o corpo que mais produz riquezas. Diante disso, não é interessante, a uma educação que tem como pauta a manutenção do sistema vigente, dispor de esforços para garantir que pessoas com deficiência não sejam invisibilizadas. E, neste período pandêmico, isso ficou ainda mais evidente quando estes estudantes ficaram desprovidos(as) de acompanhamento adequado por parte da escola, sendo relegados(as) até ao esquecimento, como é possível apreender na fala de Ericléier que tem um filho com TEA e paralisia cerebral ao relatar **“[...] Abandono, descaso e que eles estão assinando um documento de irresponsabilidade. O que mais me preocupa é a falta de socialização”**.

Com base no que fora até aqui exposto, a partir das falas das mães, apreendemos que suas preocupações não só residem sobre a transmissão dos conteúdos pedagógicos, elas também se preocupam com o processo de socialização de seus filhos, o qual foi prejudicado com a suspensão das aulas presenciais no decorrer do período de ensino remoto. Além dos prejuízos escolares o processo do atendimento terapêutico também foi prejudicado, já que a presença nas terapias foi reduzida ou até mesmo suspensa no contexto pandêmico, seja por questões relacionadas às condições de vulnerabilidade socioeconômica para manter as terapias, ou as dificuldades de acessar à *internet* e recursos tecnológicos necessários. Tais dificuldades geraram perdas significativas no processo de socialização, interação e aprendizagem de seus filhos. Assim, a fim de melhor retratar o contexto no qual se debruçou esse trabalho, isto é, a invisibilidade da pessoa com deficiência e seu aprofundamento em tempos de pandemia, reverberamos a fala de Andrea, mãe de um adolescente com TEA, pois acreditamos ser muito significativa: **“[...] autista, numa crise, é uma coisa que você não queira ver”**.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicologia Sócio-Histórica possibilita a compreensão da totalidade e a sua apreensão através do movimento de construção e re-construção da objetividade que se apresenta em meio às relações sociais subjetivadas. Essa realidade apresentada nos relatos das mães sobre o ensino remoto para estudantes com deficiência durante a pandemia não se apresenta enquanto evento a-histórico, que se encerra em si mesmo, mas é produto também de uma historicidade que se constrói diariamente.

A partir da análise realizada, podemos destacar que a pessoa com deficiência, apesar da ideologia da educação inclusiva, foi silenciada e se tornou ainda mais invisível durante o desenvolvimento do ensino remoto. Isso ocorreu não somente pela falta de adaptações almejadas para tal modalidade de ensino, mas pela própria sociedade e sistema capitalista que necessitam da produção de sujeitos que se adequem aos padrões do mercado. Assim, o significado da pessoa com deficiência enquanto sujeito que possui limitações relacionadas à sua deficiência, que o(a) impede em sua plena participação na sociedade, se torna presente também nas falas das mães ao destacarem a invisibilidade desses estudantes durante o processo educativo desenvolvido de forma remota. Além disso, a responsabilidade educativa, que deve ser garantida pelo Estado, na pandemia, foi alocada para a família que, ao invés de se tornar parceira, ou mediadora, acabou se tornando solicitadora de que os direitos de seus filhos fossem cumpridos.

Acreditamos que os problemas apontados pelas falas das mães não denunciam um problema novo, vivenciado no ensino remoto, mas sim um problema antigo: o descaso e fragilidade do ensino inclusivo; problemas que, em tempos de pandemia, só foram mais acentuados. Por isso, necessitam de mais investigações para serem compreendidos e superados. Diante disso, reiteramos a responsabilidade do Estado na efetivação do cumprimento de direitos relacionados às vidas das pessoas com deficiência, e a importância da continuidade de produção de estudos crítico-reflexivos acerca dessa temática.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n2/v26n2a06.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2021.

BOCK, A. M. B. Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 15-35.

BOCK, A. M. B. Psicologia e Desigualdade Social. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 5, n. 2, p. 255-262, dez. 2016. Disponível em: <<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1112/776>>. Acesso em: 06 jul. 2021.

BRASIL. Projeto de lei nº 3179/2012. **Acrescenta parágrafo ao art. 23 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=534328>>. Acesso em: 07 jul. 2021.

BRASIL. **Declaração de Salamanca – sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais**, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **CARTILHA DE ORIENTAÇÕES PARA AS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <[Coronavirus_ComTerapeuticas_online.pdf \(1\).pdf \(mds.gov.br\)](#)>. Acesso em 25 jun. 2021.

BRASIL. **Painel Coronavírus**, 2021. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul. 2021.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020. **Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/90771-covid-19>>. Acesso em: 06 jul. 2021.

BRASIL. Projeto de lei nº 3179/2012. **Acrescenta parágrafo ao art. 23 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=534328>>. Acesso em: 07 jul. 2021.

FREITAS, M. T. de A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, jul. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/KnJW3strdps6dvxPyNjmvvyq/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). **Escola “Sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 17-34.

GENELHÚ, D. Ensino remoto dificulta e até retrocede aprendizado de alunos da educação especial em MS. **UOL**, 2021. Disponível em: <<https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2021/ensino-remoto-dificulta-e-ate-retrocede-aprendizado-de-alunos-da-educacao-especial-em-ms>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MINAYO, M. C. S. *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, v. 11, n. 33, dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfyy5GwyLzGhJ67m/?lang=pt>>. Acesso em: 06 jul. 2021.

OLIVEIRA, M. S.; SILVA, M. do C. L. da. O aprofundamento do capacitismo na pandemia: velhas facetas do capital. **Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. 259-272, jan./jun. 2021. Disponível em: <<http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/813/1023>>. Acesso em: 06 jul. 2021.7

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 06 jul. 2021.

SEVERO, L. Educação de estudantes com deficiência é desafio para comunidade escolar na pandemia. **Diário do Nordeste**, 2021. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/educacao-de-estudantes-com-deficiencia-e-desafio-para-comunidade-escolar-na-pandemia-1.3077963>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO: Jomtien, 1990. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Editora WMF, 2009.